



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA Nº 36/XIII-2º/2021-25

1 - Aos sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas 21H15, na Sala Pablo Neruda, no Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, na Freguesia de Almada, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia.

3.1 – Eleição da Mesa da Assembleia Municipal;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e GOP-2023”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo 1º Secretário em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Filipe Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor 1º Secretário em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, anunciou a Renúncia ao Cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almada, nos termos do nº 1, do artigo 25º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, do eleito José Joaquim Machado Courinha Leitão.

4.2 – O Senhor 1º Secretário em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Filipe Viegas, informou ainda do pedido de Suspensão do Mandato, nos termos do artigo 77º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, por um período de 90 (noventa dias), do eleito José Joaquim Machado Courinha Leitão, tomando posse nos termos do nº 1, do artigo 79º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, como Deputado Municipal o cidadão Senhor Pedro Manuel Branca Lêdo do Partido Socialista.

4.3 – Anunciou ainda a Renúncia ao Mandato, nos termos do nº 1, do artigo 9º, do Regimento da Assembleia Municipal, da eleita Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão do Partido Social Democrata - PSD, passando a exercer o Mandato em Regime de Efetividade de Funções, nos termos do artigo 79º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal o eleito Luis Pedro Amado Pinto Durão.

4.4 – O Senhor 1º Secretário em substituição do Presidente da Assembleia Municipal procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD), Inês Pezarat Correia Bom (BE) e Karim Hassam Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU), Andreia Sofia Egas (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU) por impedimento de António José Olaio da Silva (CDU), Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU) por impedimento Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU); Sónia Raquel Mota Faria (PSD); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Pita (PS), o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Vitor Miguel Pereira Lourenço.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor 1º Secretário em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, Senhor Vereador José Luis Buchó, Senhor Vereador António Matos e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Bruno Filipe Rodrigues, António José Borrego, João Rocha, Mário Cunha e Rute Inácio.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Bruno Filipe Rodrigues:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho em representação dos moradores da rua António Luis Gomes, na Charneca de Caparica, atualmente a rua é constituída por seis moradores, todos estão aqui representados. Nós atualmente temos uma construção nova na rua, no lado esquerdo, a rua tem os números pares e os números ímpares. Todos os números pares foram obrigados na altura, para fazer a legalização, darem um metro do terreno para fazerem os passeios, atualmente temos uma nova construção a decorrer na rua e ninguém deu passeios para ninguém.

Portanto, neste momento vamos ter uma rua e estamos a falar de uma zona em que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tem feito algum esforço para fazer ciclovias, estamos encostados a um parque para crianças, temos uma unidade de cuidados continuados nas traseiras da nossa rua, e neste momento apesar de terem entrado oito ou nove fiscais da Câmara Municipal, ninguém aparece e ninguém está a reparar, que se está a construir uma moradia com 400m² em cima de uma zona que devia ter passeios. É uma zona que toda gente conhece, a Estrada da Bela Vista, que não tem passeios em lado nenhum, e ali que é uma zona em que todas as casas foram construídas fizeram um esforço para diminuir o seu terreno e ter um passeio, temos uma construção nova a decorrer que está a ser feita em cima do passeio. A distância que eu e os moradores medimos entre a parede da casa e o muro, não chega a um metro.

Portanto, o que nós vimos pedir a Câmara Municipal e aos fiscais, porque já enviamos emails, já telefonamos, continuamos eu principalmente sou o único morador que estou ao lado de uma unidade de cuidados continuados que não tem passeio, está lá o espaço, dei o espaço, rua principal, não temos passeio e de futuro se não for feito nada, o que nós estamos a prever é que vamos ficar com mais uma rua nova sem passeios.

Não sabemos o que podemos mais fazer, e que estamos aqui a fazer hoje é pedir a vossa ajuda, para nos dizerem como é que nós conseguimos vos ajudar ou o que é que temos que fazer, para falar com alguém para ir olhar, e perceber que aquela construção tem que ser recuada pelo menos um metro.”

5.1.2 – O Senhor Múncipe António José Borrego:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui falar em nome de 99,9% da população de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Almada segundo aquilo que eu tenho visto, é uma Cidade que é muito porca. Porque os donos dos cães não têm civismo para serem responsáveis pelos animais que eles adotaram e que têm em casa. Eu não percebo como é que existem leis e eu comparo aqui as leis que são aplicadas ou que suportam o código da estrada que resultam em milhões de euros para os cofres do Estado e a impunidade total dos donos dos cães. Eu tenho a certeza que a policia de Almada ainda não fez uma multa.

Na zona do Pragal, há uma área que podia ser aproveitada para as pessoas que passeiam os cães nas ruas, nos jardins e nos relvados e que deixam os relvados todos sujos de porcaria, de fezes, deixam os jardins conspurcados também, esse sitio que estou a referir com um pequeno investimento podia ser aproveitado para as pessoas levarem lá os cães, mesmo as pessoas a conviverem entre elas, porque muitas vezes o cão é um pretexto para conviver, e naquele sito podiam-no fazer à vontade. Não é eu de manhã a sair de casa e ter um monte de porcaria à minha porta, não é o dono do restaurante que vem preocupado para entrar no restaurante e vê à porta do restaurante aquela sujidade. Não é eu ter gasto trinta mil ou quarenta mil euros para pintar o prédio e ao fim de dois anos as ombreiras da porta estão todas estragadas. Não é as pessoas que são destacadas para irem reparar ma avaria numa caixa de comunicações, têm que estar ali uma hora ou duas a repararem e a levarem com o cheiro da urina dos cães.

Portanto, os donos dos cães deviam ser chamados à atenção. Eu leio como toda a gente lê e os políticos para não perderem votos não atuam nestas áreas, deixam andar até que um dia a porcaria chega a um sitio onde já não possa aguentar mais.

Portanto, aquilo que eu peço é que alguém se quiserem ouvir a minha sugestão, levo a pessoa ao sitio até com o meu carro, não precisam de me pagar nada, nem tempo, nem senhas e vou lá explicar o meu ponto de vista e como é que a situação podia ser resolvida.”

5.1.3 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Presentemente, constata-se a existência de obras de requalificação em toda a Avenida do Mar, isto significa que, toda a área de jurisdição do quadrante Sul deste Município, está toda ela a ser requalificada, aprez-me dizer que muitos Municípes residentes neste Concelho, tem demonstrado a sua satisfação, junto desta União de Freguesias, elogiando até o atual executivo, pela sua iniciativa de uma obra desta envergadura, a qual futuramente vai trazer desenvolvimento turístico para o nosso Concelho - vulgo Marisol, Aroeira, Fonte da Telha e toda a Orla Costeira, desde a parte Norte da Lagoa de Albufeira, até a Costa de Caparica.

Acrescento também que, a Avenida já mencionada, toda ela se encontrava num estado de degradação bastante avançado, existindo zonas que se tornaram intransitáveis, pelo fato de todos os executivos cessantes, durante de mais de 4 décadas, nunca terem feito qualquer obra de beneficiação nesta.

Na qualidade de cidadão residente neste Município, congratulo-me com a chegada da Polícia Municipal a este Concelho, a qual vai cooperar com as forças de segurança (Órgãos de Polícia Criminal), na manutenção da ordem pública e na proteção das comunidades locais do nosso Concelho.

Provavelmente, já todos nós ouvimos falar, ou lemos através da comunicação social que, o nosso Distrito é considerado o terceiro, com maior criminalidade a nível nacional, segundo dados divulgados pelo Relatório de Segurança Interna em 2022. Por esse motivo a presença de forcas de segurança em locais públicos, será a forma mais concreta para dissipar a criminalidade.

Termino, transmitindo a todos os presentes que os policias na qualidade de Órgãos de Policia Criminal, segundo o Código Processo Penal, estão vocacionados também para exercerem funções administrativas (fiscalização), como é o caso da Policia Municipal que, exerce essas funções em vários Municípios a nível Nacional e, outros estão envolvidos em missões internacionais vulgo Frontex Poseidon Sea - tendo como designação o controlo de Fronteiras da União Europeia, no Mar do Mediterrâneo, ou seja a ajuda humanitária aos imigrantes, provenientes do norte de Africa, sendo também esta missão já elogiada várias vezes pela Nações Unidas, pelo que devemos todos nós estarmos orgulhosos do profissionalismo, daqueles que representam o nosso País.

Em tempo, relativamente, às Augis nada tenho a acrescentar desde última Assembleia Municipal deste Município, quero apenas agradecer a Senhora Presidente Inês de Medeiros e Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, todo o seu empenho e dedicação demonstrada, para resolução deste flagelo, denominado - AUGI.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1.5 – O Senhor Município Mário Cunha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou um elemento da Associação de Moradores do Bairro do Matadouro, e venho aqui trazer algumas coisas. O sofrimento é tão grande, que lamentavelmente, me custa de facto, transmitir a esta Assembleia Municipal.

E passa-se o seguinte: iniciaram-se em meados de maio, no Bairro do Matadouro, a construção de 3 edifícios para alojar 28 famílias. Acontece que, ao removerem aquelas terras, não houve o cuidado com a população para o fazerem. As pessoas tiveram que fechar as suas janelas, tiveram que evitar pôr roupa a estender, porque eram insuportáveis as poeiras que dali vinham.

Portanto, passada essa situação, agora criou-se uma outra, foi a colocação de contentores na rua Vasco da Gama junto à Praceta das Tágides nº 2, e o que acontece é que, os moradores do rés-do-chão esquerdo e os moradores do 1º direito, não têm direito de abrir as janelas, porque aquilo está tão encostado ao prédio, porque no rés-do-chão os contentores estão a um metro, e no 1º andar estão a 20 centímetros. Agora vejam o tempo que esta obra vai durar, que o Senhor empreiteiro lembrou-se de pôr ali os contentores, tendo tanto espaço para os colocar e foi coloca-los junto ao prédio, e fechou o acesso às traseiras do prédio. Não há ninguém que veja isto? Onde estão as pessoas que devem fiscalizar estas obras? Isto é possível. Quarenta e oito anos depois o 25 de Abril, é possível isto?

Portanto, eu agradecia à Câmara Municipal, que tomasse algumas medidas nesse sentido, porque os moradores estão fartos desta situação. Não estamos contra a habitação, estamos contra a forma que ela está a ser feita.”

5.1.6 – O Senhor Município Rute Inácio:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Parte das pessoas que aqui estão presentes conhecem-me, mas a Assembleia Municipal não me conhece. Por isso eu passo a apresentar-me. Rute Inácio, 45 anos, fui diagnosticada com BRCA2 em 2005, perdi o meu peito em 2008. Em 2013, o meu marido numa tentativa de salvar a nossa casa foi para Angola trabalhar, conseguiu 3 meses de contrato em Angola e 8 meses cá à espera de visto para poder voltar. Não é preciso dizer que acabamos por perder a nossa casa e com 3 filhos a cargo.

Numa tentativa de conseguir uma casa acabei por vir parar à Margem Sul e aqui ao Monte de Caparica. Em 2014, ainda o meu filho foi-lhe diagnosticado uma depressão muito grande derivado à situação toda, e em 2015, o meu marido teve um aneurisma e passado um mês foi operado de urgência. Ficou com 14% do seu cérebro apagado, Graças a Deus continua a andar continua a poder trabalhar, pouco mas continua. Em 2016 teve AVC e foi-lhe diagnosticado síndrome de Anti-fosfolípide com AVC de repetição. Em 2016 já eu estando numa tentativa de conseguir uma casa camarária, fui já durante a campanha eleitoral, tentar falar com o antigo presidente o Dr. Joaquim Judas, ao qual eu consegui que acabasse por me ser atribuída uma casa embora pequena. Essa casa teve uns pequenos contratemplos, acabou por me ser atribuída dia 10 outubro de 2017, já no 1º mandato da Senhora Presidente Inês de Medeiros.

Entretanto, no ano seguinte foi-me atribuída uma casa no bairro onde moro ainda, rua Adriano Correia de Oliveira a 25 de junho, visto que a primeira casa era extremamente pequena foi-me atribuída uma segunda que continua a não ser a tipologia da família, ainda teria obras para terminar e que nunca foram terminadas até ao dia de hoje, mas seria mais uma casa provisória, não preciso dizer que são duas casas provisórias e nenhum contrato de arrendamento. Entretanto, as rendas foram pagas, até ao ano passado, até que no ano passado, aliás, quando foi no 2º mandato da Senhora Presidente em 2021, em outubro foi-me prometido pelo senhor Vereador José Pedro e pela a Senhora Vereadora que eu podia ir para a minha 4ª operação ao peito, podia ir descansada porque a minha casa estava já para ser entregue. Assim que que chegasse a casa seria entregue e as coisas ficariam resolvidas, isto não aconteceu, mas aconteceu a chegada de uma carta, carta essa que dizia que mediante uma alteração ao contrato, a renda ia sofrer aumento. Eu quis saber que alteração era esta ao contrato porque eu não tinha nenhum. Acabei por descobrir que havia um contrato já assinado pelo Senhor Vereador, que começaria em 2017 quando recebi a 1ª casa e que teria que ser assinada aquela data, mas com a data anterior. Nessa mesma reunião onde me disseram que havia esse contrato, também fui ameaçada que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

se não assinasse esse contrato nos termos em que estava que tinha direito a uma ordem de despejo. O Senhor Vereador não estava presente.

Acabei por receber uma ameaça de ordem de despejo por sete meses de atraso num contrato que eu não tenho e que o próprio Tribunal diz que eu não tenho de fazer pagamentos de renda onde não há contrato e após isto tudo, e após 6 anos de luta sem conseguir resolver a situação e como podem ver na reunião de Câmara em que estive presente, eu acabei por ser obrigada a colocar uma queixa contra a Câmara Municipal de Almada. Como informei a Senhora Presidente e a Câmara, venho informar esta Assembleia Municipal que há uma queixa a decorrer e que gostaria de ver a minha situação resolvida. Se ela for resolvida a queixa será retirada, se ela não for resolvida, vamos até onde for necessário.”

5.2 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro que tem o pelouro do Urbanismo não pode estar presente hoje. Mas relativamente à questão do senhor munícipe Bruno Rodrigues, eu já pedi informações. Vamos pedir à fiscalização para ir ver a obra que está em curso, de qualquer maneira há uma questão que já foi aqui debatida e isto para os senhores Deputados Municipais e penso que até já deu várias polémicas, nós tentamos várias vezes alterar alguns alvarás e até algumas licenças porque as pessoas têm de facto, lotes que para já e até em função dos instrumentos atuais lhes permitem construir sem ceder espaço para passeio. Isto tem sido um problema recorrente, eu lembro-me nós começamos a impor e até me lembro que houve aqui grandes debates a dizer que nós íamos criar ruas em zig-zag em Almada, enquanto fosse possível nós temos tentado convencer quando as pessoas pedem o licenciamento que de facto, cedam aquela parte. Mas muitas vezes aquela parte da cedência devida ao Município é mesmo a via pública, e isso causa um problema porque tem a ver com o desenho dos loteamentos. Portanto, as pessoas que têm um lote, que fazem uma obra e que têm que ceder parte ao Município para espaço público, já o estão a fazer, sobretudo em certos bairros, sobretudo quando falamos de AUGI, quando falamos de núcleos destacados, as pessoas já estão a ceder porque já estão a ceder parte da via pública e, portanto, estão no seu pleno direito de ocupar todo o seu lote. Isto cria grandes constrangimentos urbanísticos, como é evidente, mesmo que a gente altere o nosso regulamento, as pessoas têm direitos adquiridos naquilo que é o seu lote.

Dito isto, não sei se é o caso, irei pedir naturalmente aos serviços do urbanismo e à fiscalização para verificarem a situação e se for possível, é evidente que este tem sido o apelo sempre da Câmara Municipal e se houver disponibilidade para tal dos promotores, nós temos sempre insistido na hipótese de as pessoas poderem ceder mais um bocadinho do que aquilo que já cedem, quando muitas vezes já cumprem a sua parte. Isto são as circunstâncias difíceis que temos da gestão urbanística.

Relativamente ao senhor munícipe António Borrego, naturalmente, eu não partilho os termos todos que foram aqui utilizados, mas é verdade que acho que todos nós temos que apelar ao civismo das pessoas que têm animais, que têm cães, ter um cão não é ter um robot, não ter um boneco, é ter um ser vivo e que tem consequências e para o bem viver de todos, naturalmente que apelamos a que possam apanhar os dejetos caninos quando o cão tem que ir à rua naturalmente. Temos criado parques caninos, é verdade, há um sistema que nem sempre é fácil até de distribuição de sacos às Juntas que o têm feito e bem, no sentido de distribuir esses sacos, porque quando se põe nos dispensadores também há alguma falta de civismo quando tiram os sacos todos de uma vez, é suposto ser uma partilha e um serviço que é dado, há Juntas que têm optado por distribuir diretamente na Junta para garantir que é um bem partilhado, a Câmara Municipal pode continuar a fornecer sacos, mas os sacos é para estarem num espaço partilhado, para um imprevisto, as pessoas têm que ter a consciência da responsabilidade que implica ter um animal consigo. É uma felicidade, mas é também uma responsabilidade, tem razão.

Agora, há aqui uma questão que foi referida, a policia de Almada, nós não temos policia municipal, e, portanto, talvez quando tivermos policia municipal possamos ser mais eficazes, é evidente que nalgumas situações, nós



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

apelamos sempre à pedagogia. Nalguns casos é mesmo necessário aplicar coimas e multas que estão previstas e que, infelizmente, há casos em que as pessoas só aceitam colaborar neste esforço de cidadania, quando têm medo da multa. Não é uma prática que seja do nosso agrado, mas é verdade que às vezes também só assim é que se consegue que as pessoas entendam a responsabilidade que é a sua, de terem um animal. E naturalmente, depois há outras medidas a tomar, apoios quando as pessoas têm dificuldades. Neste caso da limpeza em concreto, é mesma a questão de pedir um esforço às pessoas.

Agradeço as palavras mais uma vez do senhor munícipe João Rocha, que é sempre muito gentil, mas também muito atento ao que se passa no Concelho e temos várias ocasiões de conversar e para além do que vem regularmente dizer aqui na Assembleia, também quando nos encontramos sei que tem sempre um olhar atento às coisas do Concelho e às suas preocupações e, portanto, tomamos boa nota.

Relativamente ao senhor munícipe Mário Cunha, Presidente da Associação de Moradores. Eu penso que a obra a que se refere, são as obras que estão a ser feitas pelo IHRU. Eu agradeço o alerta que nos deixa e o que eu posso garantir aqui, é que iremos ver como é que a obra está a correr, embora não sejamos o dono da obra, verificar e naturalmente, as obras causam sempre incomodo e sabemos que causam incomodo, com os pós etc. Agora, cortar acessos às habitações, cortar acessos às portas isso é que não pode ser e, portanto, tomamos boa nota do alerta que nos deixam e fica aqui o nosso compromisso de também contactarmos o dono da obra, contactarmos o IHRU, o fiscal da obra, que não lida diretamente com o Município, mas naturalmente, fica aqui o compromisso de o Município fazer a sua parte.

Relativamente a senhora munícipe Rute Inácio, que de facto, conhecemos bem, Senhora Rute, mais uma vez eu tenho aqui este incomodo, eu sei que a senhora vem conta a sua vida toda, mas isso está no seu direito. Eu não gosto de vir aqui, o Senhor Vereador tem aqui o processo todo, não gosto de vir aqui contar os processos pessoais das pessoas, não gosto. Agora, há uma coisa que lhe digo, o contrato não está assinado porque a senhora se recusa a assinar e para além do mais tem sete meses de renda em atraso. Portanto, esteja à vontade para fazer a queixa contra o Município que entender. Agora, uma coisa eu lhe digo, a Senhora não tem mais direitos do que qualquer outra pessoa em Almada, que esteja em situação de também precisar de uma casa.”

5.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dar uma resposta que eu penso que ficou em falta ao senhor munícipe Bruno Rodrigues, que veio apresentar uma reclamação relativamente a um elevador avariado na rua dos Três Vales, nº 42, nós temos identificação deste problema, aliás, toda esta rua tem prédios com elevadores duplos, nós tentamos sempre manter 2 elevadores ou pelo menos um sempre em garantia de funcionamento, o elevador aqui mencionado parou no dia 25 de março, aconteceu um encarceramento, onde houve Bombeiros envolvidos, danificaram o elevador e neste momento aquilo que foi preciso realizar, foi uma contratação específica para resolver aquele problema. Foi uma contratação específica que não permitiu recorrer aos nossos funcionários para resolver o problema, vai demorar um bocadinho de tempo, isto foi no final de março, está a demorar um pouco mais de tempo do que aquilo que era desejável, mas a situação está perfeitamente identificada e vai ser respondida tão breve quando possível.”

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia:

6.1 – Para apresentar Declarações Políticas usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco e Nuno Alexandre Mendes e Ana Margarida Lourenço.

6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A problemática dos transportes no Concelho de Almada, continua a estar na ordem do dia. Não fosse um serviço indispensável e quotidiano aos almadenses, razão pela qual é urgente pensar-se em coordenação e melhoria na qualidade e na oferta.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Começamos pela nova Carris Metropolitana, depois de um começo pautado por um autêntico desastre e depois de alertado pelos partidos da oposição, e pela indignação e revolta das populações, a Câmara Municipal de Almada, os TST e AML, não tiveram outra opção que não fosse tentar restabelecer a normalidade de um serviço que prejudicou gravemente, muitos dos almadenses,

Melhorou-se significativamente, admitimos, mas não podemos esquecer que o processo ainda vai a meio e está muito longe de terminar.

Já no que respeita ao transporte fluvial, a novela da triste sina, do que é ter que utilizar e depender dos transportes públicos, é ainda mais caricata. Os novos navios que farão a travessia entre o Cais do Sodré e Cacilhas, substituindo os velhos cacilheiros, continuam a ser uma miragem e sem grandes novidades e conclusões, mas sempre com muita propaganda.

Além dos novos barcos, onde está a nova Estação Fluvial de Cacilhas há muito e que aparece sempre nas pomposas maquetes junto e próximo das eleições. Realidade zero.

Passemos para o comboio, mais um anuncio ainda há pouco tempo, pelo Governo. A extensão da linha da Fertagus até ao Oriente, desejo esse reconheça-se, das populações. A Fertagus está disponível, é verdade, mas diz que não tem material circulante. O Secretário de Estado das Infraestruturas, afirma e desmente a propaganda do Senhor Primeiro Ministro, pois diz que não há carruagens para garantir esse serviço. Também diz o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, que o Governo não tem nem se prevê ter, qualquer política de desconto nas portagens da Ponte 25 de Abril, contrariando as intenções da moção aprovada na reunião de Câmara subscrita inclusivamente pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Senhora Presidente, como é que vai reagir a esta posição do Governo?

Mais, o mesmo Secretário de Estado, afirma que a possibilidade do metro à Costa da Caparica, não só não está nos planos de investimento do Governo, mas a ponderar, haverá necessidade de um estudo para caracterizar a sua viabilidade. Ou seja, mais propaganda, mais ilusões para os almadenses.

Por fim, não menos importante, um problema que assola diariamente os habitantes da Charneca de Caparica, com a pesada taxa rodoviária numa portagem injusta na A33 do Nó da Queimada. Ai vamos ver, há uma luz ao fundo do pórtico, ou seja, ficou a promessa do governante, o estudo de impacto da deslocação do pórtico para fora da Freguesia.

Para terminar Senhora Presidente, onde está o regresso do Transpraia também prometido pela Senhora Presidente, e que fazia parte dos seus anunciados planos de mobilidade local e protetora do ambiente.

Os Almadenses e o CDS não vão desistir de lutar por melhores direitos e condições ao nível dos transportes e acessibilidades, recusamos veemente de ser considerados cidadãos de 2ª onde os investimentos são escassos, mas a taxa, o imposto, é demasiado.

Queremos transportes dignos, ao alcance das necessidades e das possibilidades das populações, pois têm o direito de se deslocarem para os seus empregos, estudar ou para lazer, em segurança, em comodidade e em liberdade.”

6.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 4 deste mês, celebramos todos o Dia Municipal do Bombeiro, onde se reconhece o mérito e serviço destes homens e mulheres pelo seu insubstituível papel no auxílio e socorro às populações, em caso de incêndio, acidentes, catástrofes ou calamidades.

No entanto, não podemos esquecer a hipocrisia do PS e do PSD, que aqui mesmo, nesta Assembleia Municipal, reprovaram a proposta de criação de um regulamento de direitos e benefícios para os Bombeiros do Município de Almada. Para a festa e para aparecer na foto, estão lá todos. Para criar medidas reais para estes homens e mulheres, nunca estão disponíveis, escondem-se atrás de promessas e propostas que em 7 anos de executivo, nunca apresentaram.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quem defende os Bombeiros de Almada, nunca fica 7 anos sem apresentar soluções. Quem está verdadeiramente ao lado destes homens e mulheres da população de Almada, não recusa uma boa ideia por ela ter sido uma proposta do CHEGA. Isto não é servir a população, é pura demagogia.

Mas o recusar propostas do CHEGA apenas porque sim, é apanágio do PS em Almada. Num dia em que temos um alerta de chuva como o de hoje, num período em que o país enfrenta casos de seca extrema, num ano da maior subida de custos de água para os munícipes do nosso Concelho, relembramos que o PS votou contra a proposta do CHEGA de aproveitamento das águas pluviais. Esta recusa do PS em aproveitar a água da chuva em si, é quase um crime ambiental.

Podemos ainda referir as propostas de aproveitamento alimentar, ou de painéis fotovoltaicos entre outras com o mesmo desfecho, chumbo por parte do PS, sem analisar os benefícios para a população, sem analisar a importância das mesmas num contexto ambiental e social. Chumba-se apenas porque se quer censurar outro partido, lembrando práticas do antigamente perpetuadas desta vez, com uma rosa ao peito.

A hipocrisia em Almada tem um nome, chama-se PS.”

6.1.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero só salientar, em resposta ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, do grau já de execução das linhas rodoviárias. Folgo em ouvi-lo, que de facto, melhorou significativamente o serviço de transportes públicos rodoviários. De facto, todos nós nos lembramos deste início difícil, mas também os almadenses sentem por fim, aquilo que era um compromisso nosso e que era uma certeza nossa. Que era que a rede de Almada, tal como a Câmara Municipal a tinha trabalhado junto depois com a AML e tinha acabado por consensualizar e volto a repetir aquilo que eu disse, a proposta inicial de Almada ainda era mais ambiciosa e depois tivemos que equacionar por ser um contrato conjunto, mas mesmo assim, ia reforçar em muito, não apenas as carreiras existentes, mas também as frequências, e ainda assim não está completa. Portanto, ainda assim, e mesmo assim as pessoas já sentem felizmente, as grandes melhorias que lhe trouxeram nomeadamente com serviços que não existiam de todo, como por exemplo, a famosa carreira noturna para sobretudo aquelas pessoas, aquelas trabalhadoras essencialmente muitas, mas que trabalham de madrugada e têm que ir de madrugada para Lisboa e que não tinham transporte nenhum. Portanto, foi e ainda está a ser um processo difícil, é verdade, mas é com satisfação que vemos que as pessoas já sentem e que a nossa palavra não era nem de hipocrisia, era uma palavra de compromisso e uma palavra de compromisso de luta até ao fim. E quando diz, o CDS não desiste de lutar e ainda bem que o CDS não desiste de lutar, mas garanto-lhe que nós também não. E as pessoas sentem no seu quotidiano.

Quero também dar nota, as intenções do Transpraia não desapareceram e mantem-se. A situação do Transpraia, como muitas vezes eu tenho caracterizado em Almada, nós vemos um fio, puxamo-lo e sai um novelo. E, portanto, há várias questões do Transpraia, sabe que aquilo era de um privado, há problemas da realidade do licenciamento do que é que vendo, o que é que não vendo, o que é que há para vender, o que é que não há para vender. Mas nós já passamos essa fase. E neste momento, o que está em cima da mesa, e já foi enviado pré-projectos para nomeadamente, nalguns casos, a adaptação de alguns concessionários de praia e continuamos, ainda no outro dia tivemos uma reunião com a APA, para um redesenhar de toda aquela frente marítima, que é, nós temos que adaptar o próprio trajeto do Transpraia, aquilo que será a adaptação ao POC-ACE e ao recuo de muitas daquelas instalações, é isso que se está a passar neste momento, é muito mais complicado do que aquilo que nós esperaríamos que era uma aquisição simples e se fosse rápida, enquanto estamos a fazer este processo de adaptação ao POC-ACE, o Transpraia podia estar a funcionar, acontece que o Transpraia há muito tempo que não está em condições de funcionar, e depois é altamente poluente, nem faz sentido manter aquele equipamento tal como está, e mesmo a linha quando nós fizemos a vistoria para ver o estado da linha, era um investimento brutal para um equipamento, um comboiozinho que não conseguia funcionar, que não estava em condições e que hoje em dia nem vale a pena arranjar. Seria um mero desperdício grave de dinheiros públicos. O projeto da retoma do Transpraia, na nova versão após POC-ACE, mantem-se intacto. Não será o mesmo Transpraia porque nem sequer, acho que as pessoas aceitariam e sobretudo o material circulante aquele comboiozinho não estava de todo em condições de poder ser recuperado, de todo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foram muitos anos, tem a idade que tem, agora, voltarmos a ter um transporte que eu gostaria que mantivesse o nome Transpraia, que no fundo é isso que nós estávamos a adquirir e que servisse também simultaneamente de transporte público para as praias e ao mesmo tempo de passeio turístico porque é um passeio maravilhoso, mantem-se intacto. Enquanto não há o Transpraia, convido-o, inauguramos a semana passada, as bicicletas elétricas posso-lhe garantir que é um passeio maravilhoso na nova via ciclável ao longo da Estrada Florestal reabilitada.

Sobre os Bombeiros nem digo nada, porque francamente, se há coisa que nós somos é referenciados em Almada como um Município exemplar no apoio aos Bombeiros. Felizmente são os nossos comandantes, são aqueles homens e aquelas mulheres, que nos dizem todos os dias, ainda o fim de semana passado, tivemos ocasião de homenagear e há sempre, não há encontro, não há congresso, não há nada sobre os Bombeiros onde Almada não venha referenciada como sendo um Município exemplar no apoio aos Bombeiros. Já o era antes, connosco reforçamos, nalguns casos até duplicamos o apoio e, portanto, é com muito orgulho que continuaremos a agir com a verdade, com a transparência, sem nunca falhar com o apoio aos nossos Bombeiros.”

6.1.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Igualmente para fazer uma declaração política, até porque uma das declarações políticas foi fazer um ataque absolutamente direcionado ao Partido Socialista, por um partido que, felizmente, não tem grande história no nosso país, começa agora a ter, mas dificilmente ensinará seja o que for, sobre atitudes democráticas participativas naquilo que é a governação de uma autarquia ou de um país.

Não aceitamos qualquer lição de moral do partido CHEGA, da mesma forma que não aceitamos qualquer proposta do partido CHRGA. Temos este principio de valor, e assim continuaremos a fazê-lo. Participarão obviamente, na Assembleia Municipal porque são eleitos e estão cá de pleno direito, não podem é obrigar o Partido Socialista a aceitar propostas de um Partido racista, xenófobo e da outra época que já não está bem para o nosso tempo, que fere constantemente os valores da liberdade, da solidariedade, da solidariedade, não estamos disponíveis para isso, continuaremos a não estar com muito orgulho.”

6.1.1 – No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à Eleição da Mesa da Assembleia Municipal.

7.1.2 – Usou da palavra o 1º Secretário em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, para apresentar uma única Lista de Candidatos Lista A, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, para a eleição da Mesa Da Assembleia Municipal por voto secreto:

7.1.3 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço;

7.1.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de proceder à votação e até porque fui uma das subscritoras da Lista, que o Senhor Presidente em exercício acabou de enunciar e que teremos de votar, dar nota que esta é uma Lista que o Partido Socialista apresenta, que foi feita na sequência como muito bem disse, da renúncia ao cargo de Presidente da Mesa do eleito José Courinha Leitão.

O Partido Socialista quer obviamente deixar nota do excelente trabalho e o grande orgulho que tem, em ter tido uma figura nos últimos 6 anos que muito dignificou o nosso Concelho em todos os sítios em que se fez representar, aos mais altos níveis, nas associações e em toda a sociedade, que obviamente, sempre contaram com a sua solidariedade, com o seu apoio, com a sua preocupação, uma pessoa bastante sensata, e que por motivos pessoais deixará de ser Presidente. Continua obviamente, connosco, na nossa bancada, com todo o espaço e com tudo aquilo que é o seu conhecimento destas matérias.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Dizer que, para o Partido Socialista foi e é um grande orgulho de ter contado com o seu trabalho e com a sua forma altruísta de entrega ao serviço público enquanto Presidente da Assembleia Municipal, e prestar-lhe obviamente, essa homenagem, que acho que a devemos fazer, é essa a nossa obrigação, julgo que será, apesar das diferenças que todos nós temos, julgo poder dizer que é unânime a correção no tratamento com todos os Deputados/as Municipais e com todos os Grupos Municipais que teve ao longo de todo o seu percurso enquanto Presidente da Assembleia Municipal e até anteriormente enquanto líder da bancada do Partido Socialista e, portanto, a Lista que agora se apresenta, é uma Lista obviamente renovada, mas que não esquece os ensinamentos e o grande exemplo que foi o José Courinha Leitão como Presidente da Assembleia Municipal.”

7.1.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a Lista proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor e 17 votos em branco, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

Por renúncia ao cargo de Presidente da Mesa por José Joaquim Machado Courinha Leitão, nos termos nº 1, do artigo 25º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, realizou-se a eleição da Mesa, nos termos do artigo 46º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, e do artigo 23º do Regimento, tendo sido eleitos para Presidente e Secretários da Assembleia Municipal os seguintes eleitos:

Presidente: Ivan da Costa Gonçalves

1º Secretário: Ivo Filipe Esteves de Almeida

2ª Secretária: Ana Paula Alves da Silva

7.1.5 – Usaram da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Ivan da Costa Gonçalves e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.1.5.1 – O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar e em nome da Mesa recém-eleita, quero agradecer a confiança e prestar um especial agradecimento ao Deputado Municipal Paulo Viegas, pelo trabalho que fez ao longo deste mês e quero acima de tudo dar um abraço muito fraterno ao nosso colega Deputado Municipal José Joaquim Leitão, e dizer que durante estes 6 anos exerceu estas funções, que prestigiou o Concelho de Almada e quero dizê-lo também sem pudor, será sempre um exemplo a seguir.

Quero também dizer-vos que é para mim uma honra enquanto almadense representar o meu Concelho nestas funções tão nobres e já agora dizer também que a democracia, os órgãos democráticos, assentam sempre num equilíbrio fino que é sistematicamente posto à prova e que tenho a certeza que será posto à prova em muitos momentos. Portanto, cabe a quem ocupa estas funções, quer a da Mesa, quer a do Plenário, cabe a todos nós assegurar que, a pluralidade das nossas opiniões é sempre respeitada nesta Assembleia Municipal e o pleno respeito pela Lei, pelo Regimento, e o respeito entre todos os intervenientes também. Portanto, espero estar sempre à altura da vossa confiança e desta enorme responsabilidade que hoje me conferem.”

7.1.5.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em nome de todo o executivo e penso que de todos/as os/as Vereadores/as, quero desejar felicidades à nova Mesa eleita, e é com o sentido de grande colaboração que sempre temos tido a longo destes 6 anos, e naturalmente, de forma muito breve, queria também expressar aqui nesta Assembleia Municipal, o nosso profundo agradecimento pelo agora Senhor Deputado Municipal José Joaquim Courinha Leitão, que por razões de facto, pessoais e de saúde, não pode estar aqui presente hoje, mas não posso deixar de exprimir o meu agradecimento, reconhecimento e admiração, pela forma como exerceu este mandato que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais lhe conferiram e os almadenses também, mas neste caso os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, ao longo destes últimos 6 anos. E, portanto, aqui fica também por parte da Câmara Municipal uma palavra de incentivo e uma palavra de agradecimento.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e GOP-2023”;

7.2.1 – Para apresentar as Propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma sucinta e estando naturalmente, disponível para qualquer dúvida que tenham os Senhores Deputados Municipais.

A 31 de maio, o orçamento aprovado para o ano de 2023 apresentava taxas de execução bastante altas, em termos de cabimentos atingíamos os 81% e em termos de compromissos já tínhamos 66%. Ou seja, verbas e projetos que já estavam em andamento.

Assim, considerando que no final do ano de 2022, se apurou um saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais na ordem dos 58.236.087.00€ (cinquenta e oito milhões duzentos e trinta e seis mil e oitenta e sete euros), passível de integração no orçamento em vigor, mediante a revisão orçamental, propõem-se integrar parte desse saldo num montante de 37.167.591.00€ (trinta e sete milhões cento e sessenta e sete mil e quinhentos e noventa e um euros). Este valor compara com a integração do ano de 2021, na ordem dos 35.500.000.00€ (trinta e cinco milhões e quinhentos mil euros).

O orçamento inicial para o ano de 2023, ascende aos 161.000.000.00€ (cento e sessenta e um milhões de euros) e integra as verbas no âmbito da transferência de competências, que são cerca de 21.500.000.00€ (vinte e um milhões e quinhentos mil euros). Após a revisão orçamental o montante total do orçamento passará para os 198.000.000.00€ (cento e noventa e oito milhões de euros) que permitirá suportar em especial o acréscimo de despesa de investimento com um reforço de 14.600.000.00€ (catorze milhões e seiscentos mil euros), aquisição de bens e serviços com um reforço de 12.600.000.00€ (doze milhões e seiscentos mil euros), e transferências e subsídios correntes com o reforço de 9.500.000.00€ (nove milhões e quinhentos mil euros).

O reforço orçamental proposto é alocado essencialmente a duas grandes áreas, social e económica.

Em termos de funções sociais o aumento de 25.100.000.00€ (vinte cinco milhões e cem mil euros), corresponde a 67% do reforço. Na habitação e serviços coletivos com um aumento 15.600.000.00€ (quinze milhões e seiscentos mil euros), que representa 62% do reforço total da despesa, sendo 7,7 em despesas de investimento.

É evidente que relativamente a este esforço, para além de despesas decorrentes da transferência de competências, como também dissemos e aliás, há transferências que acabamos de assumir e que também serão revistas a próprias receitas como é a questão do social, mas já fizemos os protocolos com as instituições nesse sentido, temos naturalmente o grande esforço que é feito em termos de Plano de Recuperação e Resiliência.

Almada aqui tem uma situação favorável, no sentido em que lhe é permitido ainda avançar nomeadamente, nos projetos, poder avançar com fundos próprios para projetos, estão previstas verbas nos anos seguintes, como inevitavelmente os investimentos, há um reforço muito grande para os anos de 2024 e 2025, onde inscrevemos também verbas para os vários projetos em curso, seja para os centros de saúde, seja ao nível das escolas, seja naturalmente os projetos de habitação, porque não vão ser concluídos este ano e, portanto, espera-se conseguirmos lançar o máximo da obra este ano, mas naturalmente, são despesas de investimento que se vão prolongar pelo ano 2024 e 2025. Importa referir que muita desta verba também foi possível inscrever em termos orçamentais nomeadamente, os investimentos na habitação graças ao mecanismo que foi autorizado de poder inscrever receita com base na estratégia local de habitação aprovada e isso é um elemento que os Senhores Deputados têm que ter em consideração. Em muitos casos é receita estimada, aprovada, mas que ainda não é real porque terá que ser ainda contratualizada e isso ainda na última reunião de Câmara, li aquilo que são as candidaturas já em curso dos investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência, da mesma maneira que este saldo de gerência como temos dito, nos permite inscrever em termos orçamentais a Loja do Cidadão que tem candidatura aprovada, a Residência de Estudantes que tem candidatura aprovada, mesmo que, naturalmente, o projeto está agora a ser lançado com mecanismos que conhecem bem.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, temos aqui as várias áreas. Em termos da função económica, o aumento é de 6.800.000.00€ (seis milhões e oitocentos mil euros), que corresponde a 18% do reforço, na requalificação de diversas estruturas viárias, e um investimento em transporte público com um aumento de 4.100.000.00€ (quatro milhões e cem mil euros).

Reforço naturalmente também, necessário em termos de energia, há muitas rubricas, onde também tivemos que reforçar em relação às nossas previsões dado o contexto e o aumento transversal que temos sentido nas várias áreas, reforço para gastos com energia na ordem 1.300.000.00€ (um milhão e trezentos mil euros), eletricidade e combustível.

Também na área do comércio e turismo, propomos um reforço de 1.300.000.00€ (um milhão e trezentos mil euros), em mercados e feiras de turismo, assim para além das previsões em termos de requalificação.

As restantes funções têm um aumento de 5.300.000.00€ (cinco milhões e trezentos mil euros) e que corresponde a 14% do reforço para funcionamento de serviços municipais e outras despesas.

O aumento da despesa será financiado com já referi, pela integração de parte do saldo de gerência do ano de 2022, num montante de 36.500.000.00€ (trinta e seis milhões e quinhentos mil euros). O incremento previsto ainda em sede de candidaturas a fundos comunitários, 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros), isso é não apenas em função de candidaturas aprovadas, mas também algumas candidaturas em que houve o reforço dos próprios montantes disponíveis nas candidaturas. Candidaturas a fundo comunitários 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros) e do incremento a candidaturas a fundos nacionais de 483.000.00€ (quatrocentos e oitenta e três mil euros).

Inscrição ainda em função de receita corrente referente a adiantamentos de candidaturas do Plano de Resiliência, um reforço também na ordem dos 350.000.00€ (trezentos e cinquenta mil euros).

Por fim, temos um aumento de 272.000.00€ (duzentos e setenta dois mil euros) provenientes de rendas a cobrar relativas à concessão de energia elétrica de baixa tensão.

Decorrente do aditamento para outubro da transferência de competências na área da saúde, reduziu-se a previsão da receita, que tínhamos previsto para este ano, no início do ano tínhamos previsto toda a transferência, também houve uma redução na receita na ordem de 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros) face ao valor constante do Orçamento de Estado de 2023. Assim como a diminuição de 274.000.00€ (duzentos e setenta e quatro mil euros) do fundo de financiamento da descentralização na área da ação social, também devido à implementação mais tardia do que estava prevista no início do ano.

A Revisão Orçamental consagra um reforço das verbas afetas a despesas de investimento de 22% para 25% face ao previsto inicialmente.

Depois entramos no detalhe dos quadros e sobretudo dos comparativos com os últimos anos, mas eu ficaria por aqui em termos de apresentação da Revisão, estando naturalmente, disponível para questões que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais queiram colocar.”

7.2.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Pinto Durão (PSD) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luis Pinto Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao examinarmos os elementos que fundamentam esta proposta, é imprescindível que façamos uma análise profunda e criteriosa, das implicações que esta terá para a nossa comunidade e para o futuro do nosso Município.

É importante questionarmos como podemos garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente e estratégica, para impulsionar o desenvolvimento do nosso Município. Devemos refletir se estamos a aproveitar plenamente desta oportunidade para investir em áreas prioritárias e que beneficiem diretamente a população.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No contexto dos projetos em curso, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, o PRR, também devemos questionar se estas iniciativas são suficientes para enfrentar os desafios emergentes. É fundamental garantirmos que os recursos disponíveis sejam aplicados com eficácia e que os resultados sejam tangíveis para toda a população.

Também referente ao PRR, o PSD questiona o executivo sobre quantos projetos já estão aprovados e quantos estão em fase de execução.

Foram mencionados projetos pelo executivo em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal com os 95 fogos habitacionais, a Residência de Estudantes e a Loja do Cidadão.

Também foram mencionados planos futuros como os projetos das Terras da Costa, a construção dos centros de saúde no Feijó e da Costa da Caparica, e estas iniciativas têm o potencial de trazer melhorias significativas para a qualidade de vida da nossa população, desde que verdadeiramente concretizáveis e sem atrasos sucessivos.

A transferência de competências nas áreas da ação social e saúde, traz-nos uma oportunidade única de fortalecer os serviços públicos do nosso Município. Contudo, devemos questionar, se estamos devidamente preparados para assumir estas responsabilidades. É crucial que implementemos medidas para garantir uma transição tranquila e eficaz que promova uma melhoria considerável na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Por fim, o aumento dos custos com empreitadas de obras públicas, também exige uma análise profunda. Precisamos de avaliar a estratégia adotada para lidar com situações, especialmente com a inflação galopante que vivemos e assegurar que os recursos sejam alocados de forma eficiente, evitando desperdícios e garantindo que as obras são concluídas dentro do prazo e dentro do orçamento estabelecidos. É necessário aprimorar a gestão de projetos para evitar gastos extraordinários.

Considerando o exposto, acreditamos firmemente que, por meio de um diálogo aberto e construtivo, seremos capazes de promover uma gestão transparente e responsável que verdadeiramente representem os interesses dos almadenses.”

7.2.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero só descansar o Senhor Deputado Municipal, bem-vindo a Almada, porque eu creio que tudo o que enunciou, com o qual naturalmente concordamos, a gestão rigorosa transparente, eficaz, tentamos fazer o melhor possível e que sabemos, temos conseguido ultrapassar o maior dos constrangimentos, constrangimentos esses que são do conhecimento de todos penso eu, as dificuldades muitas vezes agora até encontrar mão de obra, fornecedores, matérias primas, o aumento significativo dos custos de tudo. Tem havido muitos pedidos de revisão de preço, aqui em Almada como em todo o país, mas nada que ultrapassa até já os limites legalmente previstos, penso que temos feito os nossos cadernos de encargos com o maior rigor possível. Porque é que eu digo possível? Perante um mercado que de um dia para o outro, sobretudo o ano passado que foi a situação mais complicada, ou não havia matérias primas ou elas duplicavam de preço ao fim de 15 dias. Concordo plenamente com tudo o que disse e só lhe posso desejar as boas vindas a Almada, acho que se sentirá bem.”

7.2.2.3 – O Senhor deputado Municipal Luís Pinto Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, muito obrigado pelas boas vindas, eu estou aqui há 32 anos, sou a 4ª geração de almadenses, mas agradeço na mesma.

Só gostava que me respondesse aqui à minha questão relativamente ao Plano de Resiliência, como é que estão os projetos. Aquilo que eu queria saber não eram as boas vindas, mas quantos é que estão em fase de projeto e quantos é que estão em fase de execução:”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.2.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado vou-lhe ler aqueles que estão em fase de saída e que estive a ler em reunião de Câmara.

Relativamente aquilo que é a área da saúde, o centro de saúde do Feijó e o centro de saúde da Costa da Caparica, recebemos agora já os dois layouts, o do Feijó já saiu para projeto, o da Costa da Caparica estamos a finalizar o caderno de encargos do projeto.

Os montantes do financiamento previsto são os 2.852.000.00€ (dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil euros), ainda não contrato de financiamento ainda estamos na fase do projeto.

Importa lembrar que, nós estamos tanto nestes como no caso da habitação, estamos em interação com as entidades governativas nomeadamente naquilo que são os layouts, são serviços públicos e de facto é um PRR que o Governo está a transferir para nós.

No caso da habitação, temos uma primeira candidatura que foi colocada em junho de 2022, para aquisição de 13 fogos, na ordem de 1.042.617.00€ (um milhão quarenta e dois mil e seiscentos e dezassete euros) e que ainda não temos contrato de financiamento, mas não está do nosso lado.

Temos a reabilitação de envolventes na rua Luis Gomes, temos duas candidaturas, uma que foi entregue a 15 de setembro de 2022 e outra a 26 de outubro de 2022, também respetivamente de 2.220.291.00€ (dois milhões duzentos e vinte mil e duzentos e noventa e um euros) e de 626.845.00€ (seiscentos e vinte e seis mil oitocentos e quarenta e cinco euros) e que infelizmente também ainda não temos contrato, mas aí também não está do nosso lado, mas está entregue.

A construção dos 95 fogos que ainda também está em análise pelo IHRU, que foi entregue pela primeira vez e têm vindo a pedir documentos toda aquela questão, mas que já está entregue desde outubro de 2022, e aqui estamos a falar de 11.719. 587.91€ (onze milhões setecentos e dezanove mil quinhentos e oitenta e sete euros e noventa e um cêntimo).

A Residência de Estudantes que está aprovada, tivemos um problema, o primeiro concurso para o projeto de arquitetura ficou vazio que estamos a avançar agora no âmbito do acordo quadro da Área Metropolitana para poder ser mais rápido, porque nós temos um prazo curto, na ordem dos 3.657.360.00€ (três milhões seiscentos e cinquenta e sete mil trezentos e sessenta euros, também neste momento foi aprovada. Essa já foi contratualizada, estamos a lançar com base no famoso acordo do quadro da Área Metropolitana que a AML fez para tentar acelerar os procedimentos, até numa lógica de concessão construção, mas ainda está para projeto. Temos uma bolsa nacional de alojamento urgente e temporário e essa ai foi entregue mas está a ser revista porque é com o IHRU e estamos ainda em negociações com IHRU, para podermos fazer alguma permuta de terrenos ali na zona do PIA, por causa do projeto que o próprio IHRU tem e do qual já se falou já há algumas obras que estão em curso, mas que nós estamos a ver, eles têm interesse nalguns terrenos, nós temos interesse noutros, portanto, ainda estamos aqui, provavelmente, vamos permutar o terreno que estava previsto, mas estamos a trabalhar com eles nesse sentido.

Em termos de respostas sociais, temos naturalmente o que nós chamamos as operações integradas em comunidades desfavorecidas, que é a candidatura que foi vista no seio da AML para duas Freguesias que é Caparica Trafaria e a Costa a Caparica, essa está provada, assinada e já estão os projetos e os contratos programas com os parceiros também já estão assinados e aqui temos 6.471.000.00€ (seis milhões quatrocentos e setenta e um mil euros).

A candidatura das acessibilidades, estamos em audiência de interessados, 1.060.000.00€ (um milhão e sessenta mil euros) tem dois formatos é das acessibilidades 360. Foi aprovada a candidatura na área da cultura pelo GEPAC para as redes culturais e transição digital dos nossos equipamentos do Teatro Municipal Joaquim Benite e o Teatro Estudo António Assunção, na ordem dos 300.000.00€ (trezentos mil euros).

Na componente climático, temos ainda candidatura dos bairros sociais digitais que aguarda ainda a aprovação do IAPMEI desde março passado, na ordem de 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros) e a Loja do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Cidadão que foi aprovada e que está assinada na ordem dos 900.000.00€ (novecentos mil euros) embora de facto, a obra será muito maior, mas isso é um investimento que a Câmara Municipal assume.”

7.2.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica (23 de agosto de 2021 a 22 de agosto de 2022)”, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 1 abstenção da eleito do PAN e 16 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I à Lei Nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a 1ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2023, nos precisos termos da deliberação de camarária de 2 de junho de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-180-DF.

8 – Tendo terminado a agenda e sendo cerca das 23H15 deu-se por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária de junho da Assembleia Municipal.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Débora Rodrigues, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, Mara Rita Martins, Helena Azinheira, Tiago Galveia e Jefferson Oliveira.

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ 

O 1º SECRETÁRIO _____ 

A 2ª SECRETÁRIA _____ 